

MULHERES NEGRAS E A TOMADA DE POSIÇÃO DO JORNALISMO EM NOTÍCIAS DE CRIMES RACIAIS

Maria Mariana do NASCIMENTO SILVA¹
Marluza da ROSA²

Resumo: Esta pesquisa se baseia na análise de discurso, a fim de problematizar a tomada de posição jornalística diante de crimes raciais. Como objetivo específico, pretende-se identificar como a Folha de S. Paulo e o Portal de notícias G1 noticiaram o assassinato de Kathlen Romeu, ocorrido em 08 de junho de 2021. A jovem tinha 24 anos e foi vítima de uma operação policial. A partir dessa perspectiva teórico-metodológica e dos estudos sobre raça e racismo, discute-se a relação entre a questão racial e a função social do jornalismo. Os resultados da análise apontam que o jornalismo como instituição tem reproduzido racismo em seu discurso.

Palavras-chave: racismo; jornalismo; crimes raciais; Kathlen Romeu

Abstract: This research is based on discourse analysis, in order to problematize the journalistic stance taken in the face of racial crimes. As a specific objective, we intend to identify how Folha de S. Paulo and the G1 news portal reported the murder of Kathlen Romeu, which occurred on June 8, 2021. The young woman was 24 years old and was the victim of a police operation. From this theoretical-methodological perspective in relation to the studies on race and racism, the relationship between the racial issue and the social function of journalism is discussed. The results of the analysis indicate that journalism as an institution has reproduced racism in its discourse.

Keywords: racism; journalism; racial crimes; Kathlen Romeu

Introdução

O jornalismo tem como base diversos moldes técnicos, dentre os quais está a objetividade para apurar, informar e selecionar os fatos acerca do que está acontecendo. No entanto, o uso dessas técnicas, que produzem um efeito de racionalidade, acaba por ser excludente, porque cria um conceito de universalidade o qual tira a complexidade das diferentes relações sociais. Moraes e Veiga da Silva (2019) declaram que a construção simbolizada pela racionalidade dos modos de objetivação jornalística auxilia na manutenção histórica de diversas desigualdades que resultam na perpetuação do racismo e do machismo, dentre outras violências. Por isso, as autoras afirmam a necessidade de um fazer jornalístico que exerça a objetividade em conjunto com a subjetividade, incluindo os recortes sociais (gênero, raça e classe) que perpassam todas as esferas de uma formação social. Conforme as pesquisadoras, essa prática é um caminho para a construção de um jornalismo mais inclusivo e atento às diferentes dinâmicas sócio-históricas.

Sabemos que a imparcialidade, outro aspecto técnico defendido pelo discurso jornalístico, não existe por completo. As notícias não são neutras (TRAQUINA, 2005) nem um espelho da realidade, mas fruto de um conjunto de relações. Essa afirmação é um

¹ Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: mariamariana.nascimentosilva@gmail.com

² Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: marluza.rosa@ufsm.br. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-3590-1752>

dos principais argumentos utilizados para mostrar a inadequação da Teoria do Espelho³ no jornalismo, devido ao fato de que ela defende que o jornalista consegue fazer um relato fiel e idêntico à realidade, sem se envolver com o que está produzindo. No entanto, o jornalista é um sujeito inserido na sociedade, atravessado e constituído por dimensões sociais, históricas e ideológicas em relação às temáticas sobre as quais escreve.

Por isso, pensando nesse conjunto de relações, ao compreender que o jornalismo, apesar de ser construído na ideia da objetividade, exprime as suas condições de produção (como a linha editorial e ideológica do jornalista e do veículo que fez a publicação), este trabalho faz o recorte de gênero, raça (e, inevitavelmente, classe) no intuito de analisar as construções linguísticas e ideológicas, ou seja, discursivas do jornalismo, em situações (neste caso, um crime) que envolvem pessoas negras e a violência policial.

Outro ponto que será levado em consideração é o de que a exposição de um conteúdo informativo, como uma notícia, acontece a partir de uma seleção de acontecimentos. Nisso, certas situações são privilegiadas em vez de outras. Essa escolha é ideológica e permite compreender muito sobre o posicionamento do jornalismo diante do que “merece” virar notícia. Nesse sentido, Orlandi (2009, p.7) aponta a necessidade de “saber que não há neutralidade, nem mesmo no uso mais aparentemente cotidiano dos signos”. Por tal razão, a análise de discurso é importante nesta pesquisa, uma vez que, por meio dela, é possível realizar deslocamentos em relação à linguagem jornalística, de modo que seja possível problematizá-la.

As grandes mídias exercem um papel imensurável no modo de vida da nossa sociedade. As notícias impactam os sujeitos e ajudam a reforçar a perpetuação de estereótipos. Essa análise é feita por estudiosos como Almeida (2019), que, ao discutir o modo como o racismo é reproduzido, aponta que ele faz parte de um complexo imaginário social que a todo momento é reforçado pelos meios de comunicação, os quais auxiliam os telespectadores a criar e normalizar a ideia de que pessoas negras ocupam lugares fixos de vulnerabilidade e violência. É isso que faz, por exemplo, com que a notícia de que a cada 23 minutos um jovem negro é assassinado no Brasil seja algo “rotineiro”, o que muitas vezes leva à sua invisibilização como notícia.

A partir dessas considerações, esta pesquisa se torna relevante para o campo de estudos do discurso e do jornalismo, pois pretende problematizar a tomada de posição dos veículos de comunicação em relação aos crimes raciais contra pessoas negras. Com esse intuito, este estudo analisa o modo como os veículos de comunicação Folha de S.Paulo e G1 noticiaram o assassinato de Kathleen Romeu, uma mulher negra, de 24 anos, que levou um tiro no dia 08 de junho de 2021, no Rio de Janeiro, durante uma operação policial. Tal operação pode ser considerada ilegal, uma vez que, em 2020, o Supremo Tribunal Federal havia proibido que a polícia militar realizasse operações durante a pandemia.

Este artigo desenvolve e articula, primeiramente, as noções de racismo estrutural, de universalidade e de valor notícia. Em seguida, realiza a análise de duas notícias, recortadas de um arquivo de oito textos, selecionados no período de 08 de junho a 09 de

³ Conforme a leitura de Traquina (2005), essa teoria é uma tentativa de explicar os processos que envolvem o jornalismo. É constituída de acordo com os conceitos do Positivismo, movimento filosófico do século XIX, desenvolvido pelo filósofo francês Auguste Comte. Esse pensamento conceitua o jornalista como um comunicador desinteressado que não reproduz nenhum tipo de ideologia ou opinião pessoal nos textos produzidos, apenas conta os fatos como são, de forma objetiva e imparcial. A Teoria do Espelho afirma que as notícias são como são porque a realidade assim as determina, sem levar em conta componentes narrativos e recortes sociais (como os de raça e gênero, discutidos neste artigo). Assim, apesar de sua existência ser um dos primeiros pilares nos estudos teóricos do jornalismo, atualmente pensadores e professores refutam a teoria, em vista de ela não corresponder à realidade da profissão.

julho de 2021, atentando para a violência reproduzida em sua formulação. Por fim, reflete, ainda que brevemente, sobre algumas implicações da análise para o campo e o fazer jornalísticos.

O racismo é discursivo e ultrapassa as notícias

O racismo é estrutural, sendo possível afirmar que ele é reproduzido em todas as esferas sociais, inclusive no jornalismo. Ao compreender as noções de racismo estrutural e institucional, Almeida (2019, p. 37) afirma que “o racismo não se resume a comportamentos individuais, mas é tratado como o resultado do funcionamento das instituições, que passam a atuar em uma dinâmica que confere, ainda que indiretamente, desvantagens e privilégios com base na raça”. O autor ainda destaca que um dos maiores argumentos dos pensadores que afirmam a existência do racismo institucional é o fato de que os embates raciais fazem parte das instituições. Por esse motivo, a desigualdade racial está inserida de forma constitutiva em nossa formação social. Sendo assim, o racismo não é um fenômeno isolado a alguns grupos sociais, pois está fundamentado de forma tão hegemônica nas instituições que tornou possível que grupos raciais se utilizassem de mecanismos institucionais. Porém, o autor ressalta que, apesar de o conceito de racismo institucional fazer parte de um grande avanço teórico para os estudos das relações sociais, é necessário pensar na estrutura, pois

Assim como a instituição tem sua atuação condicionada a uma estrutura social previamente existente – com todos os conflitos que lhe são inerentes –, o racismo que essa instituição venha a expressar é também parte dessa estrutura. As instituições são apenas a materialização de uma estrutura social ou de um modo de socialização que tem o racismo como um de seus componentes orgânicos. Dito de modo mais direto: as instituições são racistas porque a sociedade é racista (ALMEIDA, 2019, p. 47).

O jornalismo pode ser concebido, a partir da leitura de Mariani (1999), como uma instituição que coordena, rotiniza e orienta as ações e práticas sociais. Em seu trabalho, a autora define como “fruto de longos processos históricos durante os quais ocorre a sedimentação de determinados sentidos concomitantemente à legitimação de práticas ou condutas sociais” (MARIANI, 1999, p. 5). Dito de outro modo, a instituição é responsável pelo modo como as pessoas se organizam e agem no todo social. A pesquisadora também afirma que a instituição se atrela a uma formação discursiva dominante, permeada pela mobilidade das produções de sentido. Assim, Mariani (1999) declara que, ao compreender o modo como o institucional funciona, é necessário não se prender em uma ideia fixa e adotar uma postura crítica e atenta aos seus processos históricos. Para além disso, deve-se questionar tanto o que as instituições dizem quanto o modo como dizem.

Almeida (2019) acrescenta que as instituições, por fazerem parte da sociedade, são constituídas por indivíduos e grupos que as utilizam como mecanismos para impor os seus interesses políticos e econômicos, a partir de regras, padrões e condutas que normalizam o seu domínio. O filósofo sintetiza que o racismo institucional se estabelece por parâmetros discriminatórios baseados em raça, no intuito de manter a hegemonia do grupo racial no poder. Isso constrói a ideia de que um determinado grupo seja o horizonte civilizador. Assim, o domínio de homens brancos em instituições públicas e privadas depende da existência de regras e padrões que dificultem a ascensão de negros e/ou mulheres, além da inexistência de espaços que discutam a desigualdade racial e de gênero,

o que normaliza o domínio formado por eles.

Em outras palavras, o jornalismo, como todas as outras instituições, é fundamentado pela branquitude, visto que o espaço para pessoas negras e para novas formas de se fazer jornalismo ainda é muito escasso. A falta de pessoas não brancas em espaços de poder é um sintoma da desigualdade social e do racismo, o que facilita a reprodução dele e de outras discriminações nas notícias, reportagens e produções jornalísticas como um todo. Almeida (2019) conceitua que as relações do cotidiano nas instituições reproduzem diversas práticas sociais, sendo o racismo uma forma de violência manifesta explicitamente ou de microagressões.

Quando o autor afirma que o racismo é estrutural, é porque ele é visto como “normal” nas relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares. Ao enfatizar que “comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção” (ALMEIDA, 2019, p.50), defende que é crucial compreender que isso não é uma afirmação de que o racismo seja uma condição incontornável e que os indivíduos que o cometem não devam ser responsabilizados. O propósito desse olhar é mostrar a complexidade das análises teóricas que envolvem o racismo e como ele é um processo histórico e político que cria condições sistêmicas para que grupos racialmente identificados sejam discriminados (ALMEIDA, 2019).

Nesse sentido, é necessário compreender que o racismo não é um ato isolado e que a mudança social não será feita apenas por denúncias ou pelo repúdio moral; são necessárias práticas antirracistas. Essas práticas, no âmbito da Comunicação, podem se desenvolver de formas diversas, desde o olhar mais crítico do jornalista em relação a sua conduta profissional até produções de pesquisas que tenham o recorte racial e sejam questionadoras do jornalismo como uma instituição que reproduz preconceitos e violências.

Hall (1995) declara que raça é uma construção discursiva, enquanto um significante deslizante. Para explicar essa afirmação, o sociólogo pontua o modo como o conceito de raça é um dos principais organizadores para classificar as diferenças entre as sociedades humanas, de forma que “dizer que raça é uma categoria discursiva é reconhecer que todas as tentativas de fundamentar esse conceito na ciência, localizando as diferenças entre as raças no terreno da ciência biológica ou genética, se mostraram insustentáveis” (HALL, 1995, p.1). Essa perspectiva permite afirmar que é necessário substituir a definição de raça biológica pela sócio-histórica ou cultural. A partir disso, é possível compreender que raça é um significante e que a diferença racializada necessita ser entendida como um fato discursivo e não genético ou biológico. O autor também destaca que o deslocamento das noções de “raça” e “negro” é um instrumento de luta social contra o racismo, devido ao fato de que o conceito de raça faz sentido para a colonialidade e para o capitalismo, que estabelecem o negro como o outro.

De forma semelhante, para Kilomba (2019, p. 130), o racismo também funciona através de uma cadeia deslizante ou flutuante de palavras e imagens que por associação se tornam equivalentes: africano-África-selvagem-primitivo-inferior-animal-macaco. A autora afirma que essas cadeias de associação se tornam convincentes porque significam um processo de deslocamento. “Esse processo em que o último objeto, ‘o macaco’, se torna um símbolo do primeiro, ‘a/o africana/o,’ permite que discursos censurados – discursos racistas – ocorram sem necessariamente serem percebidos como agressivos” (KILOMBA, 2019, p.131). Ainda segundo Kilomba (2019, p. 131), “uma cadeia de equivalentes legitima o racismo ao fixar identidades em seus lugares: imigrantes-imigrantes ilegais-sem lei-criminosos-perigosos-temíveis”. Essa cadeia de equivalentes racistas é responsável pela fundamentação do discurso sobre a diferença racial, que fixa e estabiliza noções que não haveria como serem fixadas e estabilizadas, tornando as

diferenças raciais discursivamente construídas, como verdades absolutas (HALL, 1995).

Dessa forma, ao compreender a raça como um significante, é possível entender que as noções relacionadas ao racismo estão ligadas aos conceitos estabelecidos como norma. No caso do discurso jornalístico, essas noções são atribuídas às escolhas de palavras que caracterizam pessoas negras, como, por exemplo, nas associações entre negro-traficante e branco-*delivery* de drogas⁴.

Modesto (2021) aponta que atualmente existe uma grande preocupação com o uso de uma linguagem politicamente correta na esfera midiática, porém, quando a temática racial deixa de ser visada, é possível identificar os atravessamentos das condições de produção racializadas do discurso, principalmente no jornalístico. O autor exemplifica que as notícias sobre crimes raciais normalmente tratam dessa violência como um caso isolado, entre indivíduos envolvidos em uma situação específica, ao invés de concebê-la como uma violência sistêmica. Ao fazer isso, a notícia coloca em dúvida a memória discursiva do genocídio brasileiro, principalmente em relação à população negra periférica, além de tirar a responsabilidade do Estado como o autor dessa violência.

Sobre o fazer jornalístico, o valor-notícia e o mito da universalidade

Uma questão crucial para se pensar na problemática levantada em relação ao posicionamento do jornalismo em crimes raciais é a seguinte: o que merece virar notícia? Notícia é um gênero discursivo jornalístico que aponta para um acontecimento da atualidade, um fato considerado como de interesse público, escrito de forma “objetiva”, ou seja, em conformidade com normas técnicas que produzem esse efeito no leitor. A notícia segue um molde de escrita chamado de *lead* ou pirâmide invertida, o qual exige que seja respondida a sequência de perguntas: “O quê? Onde? Quem? Por quê? Quando? Como?”. Dessa forma, esse gênero prioriza que os acontecimentos principais estejam no começo do texto, de modo que Lage (1979) define o *lead* clássico como um sumário dos fatos “mais interessantes” expostos de forma ordenada, logo nas primeiras linhas do texto, estruturado em um único parágrafo de três a cinco linhas.

Contudo, conforme afirmado anteriormente, os portais selecionam o que vai “virar manchete” e o que não vai, o que vai receber destaque nos noticiários e o que vai acabar “se perdendo” em meio aos outros desdobramentos do cotidiano. É justamente por isso que existe a noção de valor-notícia. Segundo Schwaab (2007), o jornalista, para produzir a notícia, precisa criar relações com as fontes, com a sociedade e com os membros da sua comunidade profissional, além de desenvolver técnicas de gêneros, formatos de edição os quais possibilitem escolher, excluir ou acentuar determinados aspectos dos acontecimentos. “As escolhas são orientadas pela aparência que a ‘realidade’ assume para os jornalistas, pelas convenções que moldam a sua percepção e fornecem o repertório formal para a apresentação dos acontecimentos, pelas instituições e rotinas” (TRAQUINA, 2001, p. 87 *apud* SCHWAAB, 2007, p. 13).

É importante sempre retomar o impacto que os meios de comunicação, principalmente os de grande alcance, como a Folha de S.Paulo e o G1 (que são os portais de delimitação desta análise), possuem no imaginário social. Por terem um público-alvo amplo e serem considerados portais confiáveis, o que esses veículos reportam ou deixam de reportar é crucial. A escolha do que não será noticiado, ou então não receberá tanto

⁴ São recorrentes notícias em que tal associação, relacionada à cor da pele e ao local, indica quem pode ser considerado criminoso ou suspeito. Por exemplo, “Suspeito de fazer *delivery* de drogas no Leblon é preso pela polícia na rua Dias Ferreira” (O Globo, 15/12/2023). Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/noticia/2023/12/15/suspeito-de-fazer-delivery-de-drogas-no-leblon-e-presos-pela-policia-na-rua-dias-ferreira.ghtml>. Acesso em: 21 dez. 2023.

espaço no jornalismo, contribui para a assimilação social e coletiva de que determinado assunto não possui um nível de gravidade ou relevância alto. Segundo Ferreira (2012)

À medida que, na contemporaneidade, os meios de comunicação ocupam uma posição privilegiada do ponto de vista de alcance social, tornam-se objetos relevantes não apenas porque são os grandes responsáveis pelo agendamento dos assuntos cotidianos, como porque, em alguma medida (que varia no tempo, no espaço e de acordo com a diversidade de recepções), podem, ocasionalmente, ser capazes de interferir nas visões de mundo e, por decorrência, nos comportamentos sociais e políticos (FERREIRA, 2012, p. 2).

Embora não seja uma via de mão única e os leitores possam fazer suas escolhas diante do que leem, Ferreira (2012) relembra que o jornalismo cria o agendamento do que é importante ser noticiado socialmente a partir de sua visibilidade midiática. O autor também ressalta que o enquadramento é marcado pelas interpretações construídas no social que interferem na ação dos indivíduos de atribuírem sentido às situações sociais. Isso resulta na ênfase de certas palavras, que acabam legitimando um discurso, invisibilizando outros e construindo percepções de uma realidade que beneficia o interesse de grupos específicos.

O pensamento de Ferreira (2012) dialoga com o de Almeida (2019), quando este aponta que os meios de comunicação reforçam e criam a todo momento um imaginário racista em suas produções. Para exemplificar, este autor menciona as telenovelas brasileiras, as quais convencem o telespectador (a partir dos personagens) de que as mulheres negras têm uma vocação natural para trabalhos domésticos, os homens negros têm uma tendência a ser violentos e criminosos ou pessoas ingênuas demais. Em compensação, pessoas brancas são ilustradas como líderes natos com histórias complexas. Essa relação pode ser facilmente encontrada no jornalismo, em manchetes onde pessoas negras e pessoas brancas cometem uma mesma ação, porém são designadas de formas diferentes. Um exemplo disso são as notícias sobre tráfico de drogas. Como mencionado anteriormente, é comum que esses textos chamem a pessoa negra, deliberadamente, de “traficante” e utilizem um outro termo considerado mais leve para uma pessoa branca, como dizer que ela estava fazendo um *delivery* de drogas. Essa construção acontece porque é naturalizado socialmente que a mídia jornalística reporte pessoas negras como criminosas, porém pessoas brancas não recebem essa mesma associação, como criminosas ou suspeitas, o que faz com que o jornalista que está escrevendo uma notícia sobre um traficante branco sinta a necessidade de utilizar um termo diferente para essa situação.

Para Gregolin (2005, p. 9), a partir da leitura de Foucault, “certos discursos que circulam na mídia contemporânea produzem uma rede simbólica que forja identidades a partir de uma ‘estética de si’”. O jornalista é um sujeito que está inserido em condições de produção, que perpassam questões políticas, históricas e sociais, além do seu vínculo com um portal de notícia que já tem preestabelecidas as suas posições ideológicas. Dessa forma, não existe apenas um modo único de dizer, por isso o jornalista necessita estar sempre atento a suas práticas como profissional, além de compreender que o seu trabalho não acaba após a publicação de uma notícia.

A esse respeito, um aspecto importante que Galtung e Ruge (1993) pontuam sobre o critério da noticiabilidade, que este, muitas vezes, é decorrente de uma visão elitizada e hegemônica (o que faz com que assuntos relacionados com a branquitude de classe média alta recebam maior destaque). Outro aspecto é a seleção de apenas algumas fontes oficiais,

que reproduzem as mesmas visões de mundo, sem dar espaço para uma maior pluralidade de abordagens e temáticas (CORREIA, 2009).

Essa seleção do que deve ser colocado como notícia ou fonte oficial faz com que mulheres negras, homens negros, mulheres, população indígena e a comunidade LGBTQIA+ nem sempre tenham espaço de denúncia e visibilização midiática acerca dos crimes e abusos sofridos. O valor-notícia é o critério de seleção adotado pelos jornalistas do que deverá ser notícia. No entanto, essa prática acaba por ser excludente, por não ser pensada com base na pluralidade de pessoas que vivem no nosso país e que enfrentam a exclusão social em diversos locais, inclusive na mídia. Moraes e Veiga da Silva (2019) declaram que os valores-notícias são permeados por valores sociais hegemônicos, além de refletirem uma leitura cultural e social que o próprio jornalista faz do meio em que está inserido. Esse funcionamento pode ser observado na análise empreendida neste estudo.

Procedimentos para a delimitação da pesquisa

O aparato teórico-metodológico deste artigo é a Análise do Discurso (AD), sendo o discurso definido por Fernandes (2007, p. 15) como “um objeto de investigação, que se constitui de conflitos próprios à existência de tudo que tem vida social”. O discurso é aquilo que “implica uma exterioridade à língua, encontra-se no social e envolve questões de natureza não estritamente linguística” (FERNANDES, 2007, p.12), além de fazer referência a aspectos ideológicos e históricos inseridos nas palavras ao serem enunciadas. Com isso, o autor ressalta que, apesar de o discurso não ser a linguagem em si, é através dela que ele poderá ser materializado, pois possibilita a identificação das posições ideológicas assumidas por quem, neste caso, redige a notícia.

Desse modo, se vamos tratar da tomada de posição do jornalismo em crimes raciais, sabendo que essa posição é ideológica, é necessária a mobilização de um dispositivo de interpretação, a AD, que permita compreender os aspectos sociais envolvidos e os sentidos decorrentes das notícias que são o foco da análise. Para isso, primeiramente, foi constituído um arquivo, pois por meio dele é possível delimitar o *corpus* do estudo. Para Pêcheux (1994, p. 57), a noção de arquivo diz respeito a “um campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão”. Uma noção que guia o desenvolvimento do arquivo é o seu atravessamento pelo institucional e o político, determinantes que selecionam o que pode e deve, ou o que não pode e não deve ser posto em circulação pelo arquivo, principalmente o que deste poderá ser lido (ROMÃO; FERREIRA; DELA-SILVA, 2011).

A construção do arquivo se iniciou na semana do dia 08 de junho de 2021 (dia em que Kathlen foi assassinada). O segundo levantamento de textos foi feito na semana do dia 09 de julho de 2021, um mês após o crime, no intuito de saber se havia novas informações sobre o caso e/ou mudanças na forma como as notícias estavam sendo produzidas. Em vista do propósito da análise, foram selecionados textos jornalísticos no site Google notícias, com as palavras-chave “Kathlen Romeu”, “assassinato de Kathlen Romeu” e “morte de Kathlen Romeu” (a troca de “morte” por “assassinato” não influenciou no número de notícias resultante, pois todas elas utilizam o termo “morte”). A maioria dos portais de notícias identificados publicaram sobre o crime no dia seguinte.

A partir do percurso pelo arquivo, foi preciso pensar na construção do *corpus* que, segundo Schneiders (2014), é determinado por recortes que serão necessários para a sua análise. Neste caso, o *corpus* foi composto por oito notícias, de diferentes portais, sobre o assassinato de Kathlen Romeu. O motivo de esse crime específico ser o foco de interesse desta pesquisa é por possibilitar não só compreender o modo como o jornalismo formula as notícias de crimes raciais, mas também analisar como essas notícias são atravessadas

pelo racismo, compreendido por Almeida (2019, p. 32) como “uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes, que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertencem”.

Como mencionado anteriormente, foram selecionadas oito notícias, publicadas entre o dia 08 de junho de 2021 e 09 de julho de 2021⁵, porém, para este artigo, em razão de limitações de espaço e de ênfase temática, a análise será feita a partir de duas notícias dos portais da Folha e do G1. A escolha desses portais se deve ao fato de que, de acordo com o Instituto Verificador de Comunicação⁶, a Folha é o jornal de maior circulação e audiência do Brasil, não só em volume, mas também em abrangência geográfica, ou seja, é o portal de notícias que tem o maior impacto e influência no modo como os brasileiros se informam em relação aos acontecimentos do país. O mesmo vale para o G1, que faz parte do Grupo Globo, o maior conglomerado de mídia e comunicação do Brasil e da América Latina. Analisar como esses portais se posicionam em relação aos crimes raciais é imprescindível para dimensionar a importância do discurso jornalístico (e da imprensa como instituição) na reprodução do racismo estrutural.

O discurso jornalístico sobre os crimes raciais

O discurso pode ser definido como o ritual da palavra, mesmo das que não se diz (ORLANDI, 2009). Dessa forma, ao analisar o discurso jornalístico é necessário, além de pensar no que foi escrito, compreender o que foi escolhido deixar-se de lado. Segundo Orlandi (2009), não existe uma verdade oculta atrás dos textos, mas sim gestos interpretativos que são de responsabilidade do analista compreender. No que concerne aos procedimentos metodológicos da análise do discurso, as notícias foram segmentadas em sequências discursivas (SD), a fim de se observar o modo como o discurso jornalístico escolhe noticiar os crimes raciais, principalmente quando envolvem operações policiais.

(SD1)



g1 RIO DE JANEIRO

Tiro de fuzil no tórax matou mulher grávida no Lins, no Rio

Laudo do IML afirma ainda que a causa da morte de Kathlen Romeu, de 24 anos, foi hemorragia interna. Ela foi atingida quando estava com a avó na tarde da terça-feira (8).

Por Henrique Coelho, G1 Rio
09/06/2021 14h50 · Atualizado há 9 meses

Fonte: G1

⁵ As notícias compuseram o *corpus* da pesquisa de Iniciação Científica da primeira autora, orientada pela coautora, no âmbito do projeto *Discurso, poder e políticas da (in)visibilidade*.

⁶ Disponível em: <https://ivcbrasil.org.br/>. Acesso em: 26 jul. 2022.

O crime descrito nessa manchete aconteceu no dia 08/06/2021, no bairro do Lins, um complexo de favelas, localizado no Rio de Janeiro. A notícia inicia dizendo que foi um tiro de fuzil que tirou a vida de Kathlen e que a causa da morte, de acordo com o laudo médico, foi uma hemorragia interna. Pela leitura da notícia, intitulada pela manchete acima, sabe-se que Kathlen tinha 24 anos, era designer de interiores e estava grávida de 14 semanas. O texto ainda traz como fonte um porta-voz da polícia militar, que afirma que não houve uma operação policial, que eles foram atacados gratuitamente por criminosos e estavam apenas se defendendo. Além disso, afirma que os policiais lutaram até o fim pela vida de Kathlen.

O fato de a manchete estar na voz ativa diz muito sobre os efeitos de sentido produzidos por essa notícia: ela foca na arma como o sujeito da ação, sem nomear quem estava responsável por ela. O tiro que matou Kathlen é descrito como o tiro que saiu de um fuzil, porém, em momento algum o texto da manchete menciona quem (tanto o nome do sujeito-policial quanto a polícia como instituição) estava por trás da arma. A ação é descrita como se fosse algo involuntário. Como se tiros apenas saíssem de fuzis. Não existe a nomeação de quem atirou em Kathlen, porque a sua morte é apresentada como o resultado de uma autodefesa da polícia. Nesse momento, a simulada objetividade jornalística produz o acontecimento como apenas mais um desdobramento do cotidiano, em que não se sinaliza nem o crime, nem os possíveis culpados ou suspeitos.

Segundo a fala do Major, escolhida pelo portal de notícias G1 para relatar o acontecido:

(SD2) “Eles levaram a jovem para o hospital, tentando estancar o sangramento. O ferimento foi no braço e transfixou o tórax. Não foi uma operação, mais uma vez, estamos lidando com um ataque gratuito de criminosos que atuam nessa comunidade, a mesma facção que atua na providência, que atua no Jacarezinho, que atua nos Prazeres, e que tem por natureza, tem por ideologia, o ataque gratuito contra as forças policiais. Ela estava no mesmo sentido que os disparos que estavam vindo contra os policiais” (Fonte: G1)⁷

Na notícia, é dado espaço à fala do Major, que nega a existência da operação (possivelmente em razão de que operações não deveriam acontecer naquele momento, conforme ordem do Supremo Tribunal Federal), ao mesmo tempo em que afirma que a polícia estava lidando com uma facção criminosa e violenta que teria como “ideologia” atacar de forma gratuita, ou seja, sem razão as forças da polícia. A partir dessa afirmação, é estabelecida uma relação, que se ignora ser também de ordem ideológica, entre os inimigos (os criminosos) e a polícia, que estaria apenas fazendo o seu trabalho de prezar pela segurança de todos (mesmo que isso custe a vida de alguns).

Nesse sentido, embora não pela via da ideologia, Foucault (2005) declara que o racismo possibilita uma relação positiva sobre a morte. A ideia construída é a de que “quanto mais você matar, mais você deixará morrer” ou “quanto mais você deixar morrer mais por isso mesmo você viverá” (FOUCAULT, 2005, p. 305). De acordo com o autor, o racismo faz funcionar a relação guerreira: “se você quer viver é preciso que o outro morra”. No caso, o policial ouvido diz que Kathlen estava no mesmo sentido de quem os estava atacando, sendo assim, a morte dela é vista apenas como um ato de sobrevivência

⁷ As aspas foram mantidas por se tratar de citação direta apresentada pelo portal de notícias.

ou, até mesmo, como um obstáculo que dificultava a locomoção por parte da polícia, não como um assassinato. A partir disso, é criada a ideia de que quem estava morrendo era quem precisava morrer ou, então, é construída a “fatalidade” de que alguém morreu porque “estava no lugar errado e na hora errada”. O filósofo determina que a relação guerreira garante que a morte do outro seja vista como o resultado da segurança pessoal, porque a eliminação do outro é a simbologia da morte da raça ruim, inferior e degenerada. Ao se cumpri-la, deixa-se a vida mais sadia e pura.

Em outras palavras, ao serem designadas como “criminosos” e ao reforçar que sua ação é um “ataque gratuito” (repetido duas vezes na SD2, em análise), essas pessoas são colocadas na posição de outridade e extermínio. Independentemente de qualquer coisa, as suas vidas não importam, e sua morte pode ser justificada como um meio de alcançar a segurança social. Foucault ainda ressalta que:

se esse mecanismo pode atuar é porque os inimigos que se trata de suprimir não são os adversários no sentido político do termo; são os perigos, externos ou internos, em relação à população e para a população. Em outras palavras, tirar a vida, o imperativo da morte, só é admissível, no sistema de biopoder, se tende não à vitória sobre os adversários políticos, mas a eliminação do perigo biológico e ao fortalecimento, diretamente ligado a essa eliminação, da própria espécie ou da raça. A raça, o racismo, é a condição de aceitabilidade de tirar a vida numa sociedade de normalização (FOUCAULT, 2005, p. 306).

Desse modo, dizer que foi o tiro que matou e causou uma hemorragia interna na vítima, como faz o discurso jornalístico, ou que ela estava no mesmo sentido que os disparos, conforme o discurso policial, são formas de colocá-la em uma posição de “vítima da circunstância” (SARTI, 2014), uma morte de uma pessoa inocente no meio de um conflito contra criminosos que mereciam a morte. Isso tira da polícia a responsabilidade como causadora do crime e, de certa forma, coloca-a como vítima também. O perigo são sempre os bandidos, nunca a polícia, mesmo que seja ela quem faça os disparos.

Para tensionar essa reflexão, o Instituto Fogo Cruzado, responsável por produzir e divulgar dados sobre a violência armada, notificou que, em 2021, ano em que Kathlen foi morta, no Grande Rio, houve 4.653 tiroteios, uma média de 13 tiroteios por dia, além de 61 chacinas (as operações e ações policiais são responsáveis por três a cada quatro delas). Um elemento crucial, porém, não mencionado por todas as notícias analisadas, é a ilegalidade da operação policial. Em 2020, após o assassinato do menino João Pedro, de 14 anos, em uma ação policial no Complexo do Salgueiro, em São Gonçalo (RJ), o Supremo Tribunal Federal (STF) decretou que, desde o dia 5 de junho daquele ano, as operações policiais não planejadas e sem aviso prévio nas favelas do Rio de Janeiro, durante a pandemia, estavam proibidas. Mesmo assim, em 2020, houve 4.585 tiroteios e 896 mortes.

A próxima SD em análise é a manchete publicada pelo portal da Folha, no dia 09/06/2021, um dia após o assassinato de Kathlen Romeu.

(SD3)



FOLHA DE S.PAULO

RIO DE JANEIRO

Morta aos 24 anos e grávida, Kathlen Romeu sonhava em construir família e saiu da favela por medo da violência

Ela havia acabado de se mudar da comunidade do Lins e foi baleada nesta terça (8), em frente à avó

Fonte: Folha de S.Paulo

Nessa manchete, é possível discutir outras questões em relação ao funcionamento do discurso jornalístico em crimes que envolvem a violência policial e o racismo. Uma delas é o fato de a notícia fazer uma abordagem diferente em relação à imagem de Kathlen, pois há a tentativa de “humanizar” a sua figura, ao falar sobre o seu sonho de construir uma família. Embora esse discurso racializado não seja evidente, Kilomba (2019) declara que a imagem da mulher negra como “mãe” é um modo de controle de raça, gênero e sexualidade, pois “a ‘mãe negra’ representa a relação ideal de mulheres *negras* com a branquitude: como amorosa, carinhosa, confiável, obediente e serva dedicada, que é amada pela família branca” (KILOMBA, 2019, p. 142). É justamente essa a perspectiva adotada pela Folha na notícia. O texto todo traz frases que soam como comprovações de que Kathlen era uma mulher doce, trabalhadora e cheia de sonhos:

(SD4) Casar-se era um sonho antigo, assim como trabalhar na área em que acabara de se formar. Usava o conhecimento como designer de interiores para planejar o quarto do bebê, que se chamaria Zayo, a terra prometida na simbologia hebraica, ou Maya, nome que sugere a pureza da água ou o amor materno. (Folha de S.Paulo).

É como se o fato de Kathlen ser uma jovem prestes a se tornar mãe, ter se formado em um curso superior e ter planos para seu futuro a colocasse em uma posição de uma figura que não merecia ter morrido, porque desempenhava funções socialmente aceitas e valorizadas, o que pode ser muito violento, porque há uma construção imaginária, ao revés, de quem são as pessoas que merecem ou não ser alvo de tiros. Outro aspecto que a notícia explora é o de que Kathlen saiu da favela devido à violência. Nesse sentido, a violência é centralizada no local onde ela residia: a comunidade, a favela. Retomando a SD1, é possível compreender que a menção ao nome do bairro, já na manchete, não é apenas um elemento técnico do *lead* (o “onde?”), pois funciona ideologicamente, produzindo a evidência de que é o lugar, a “comunidade do Lins”, presente na linha de apoio da SD3, que é perigoso e violento. Logo, estar ali implicaria correr algum risco.

Essa mobilização de sentido retira a responsabilidade da operação policial e reforça a ideia de que a morte de Kathlen está mais ligada ao lugar onde morava – e de onde havia saído “por medo da violência” – do que ao genocídio da população negra e à violência do Estado, materializada na instituição policial. Além disso, essa violência aparece personificada, assim como o fuzil. O medo é da violência e não de quem a pratica. Consequentemente, o discurso jornalístico, ao não mencionar os responsáveis pela violência, contribui para a construção da favela como um local perigoso, “reforçando o imaginário das periferias como um lugar de violência, catástrofe e desgraça e produzindo essa naturalização dos sentidos” (SOUZA, 2022, p. 38). Além disso, há a individualização de uma violência que é estrutural e institucionalizada. Para Modesto (2021):

O movimento de individuação que transforma uma vivência social genocida em ato individual isolado se completa nas formas de nomeação dos sujeitos que comparecem como alvo da morte. Desse modo, o policial, pessoa física, mata outra pessoa física, esta, por sua vez, determinada pela sua relação com o local onde habita – “rapaz do bairro Lagoa” e “morador do Andaraí” – ou pela sua profissão – “garçom” e “coletor de lixo”. Tal como o policial, que comparece no lugar da Polícia, são as determinações individuais que aparecem nos modos de significar os sujeitos assassinados (MODESTO, 2021, p.14).

O autor problematiza a escolha feita pelo discurso jornalístico de desracializar a violência e, em contrapartida, assumir a posição de pessoalizar o Estado, enquanto reforça o racismo. Modesto (2021) sintetiza, ainda, que, ao se culpabilizar apenas o policial como indivíduo responsável pela morte, silencia-se a verdadeira responsável, que é a polícia, enquanto instituição empenhada em um projeto de genocídio social. De acordo com o pesquisador, trata-se de “um genocídio, vale ressaltar, orientado pelas clivagens sociais, de gênero e étnico-raciais em amplo funcionamento em nossa formação social: são sempre homens, negros, trabalhadores precarizados e moradores de locais precarizados o alvo desse tipo de ação policial” (MODESTO, 2021, p. 13).

No caso das notícias que falam sobre o assassinato de Kathlen Romeu, afirma-se que há violência, porém, ela é colocada de forma individual e isolada, não recorrente e endereçada. Como analisado na (SD1), Kathlen é morta por um tiro de fuzil e não pela ação da Polícia. Além disso, das 1084 mortes que ocorreram no Rio de Janeiro em 2021, resultantes de operações policiais, a de Kathlen foi apresentada como mais uma.

Quando o discurso jornalístico resume a favela apenas a um local violento do qual Kathlen desejava sair, induz a crença de que “o problema da violência” está nas periferias e não na brutalidade policial. A partir disso, há uma vilanização do local e consequentemente das pessoas que habitam nele. Retomando Hall (1995) e Kilomba (2019), essa associação de palavras permite a relativização do crime (que passa a nem ser considerado como tal). Afinal, cria-se a ideia de que favela e violência são equivalentes. Com isso, o fato de a polícia realizar ações que resultam na morte de milhares de pessoas anualmente é aceito.

Tratar da violência racial no Brasil como um caso isolado pode ser lido como uma tentativa de apagar a memória colonial e escravista que se perpetua fortemente em todos os âmbitos sociais, responsável pela normalização do assassinato e do extermínio das pessoas negras. Ainda de acordo com Modesto (2021, p.7), “o genocídio não é da ordem da contingência, mas um projeto planejado em curso em ‘nossa’ sociedade”. Dessa forma, existe a normalização de que o Brasil seja um país que mate jovens negros, que permita chacinas em uma cidade e que relativize o assassinato de uma mulher negra, sob a

justificativa de proteção da polícia militar. Essas noções são constantemente não ditas nas notícias sobre os crimes raciais, muitas vezes levando à compreensão de que são casos isolados, não uma violência sistêmica.

Para finalizar este movimento de análise, ressalta-se a reflexão de Orlandi (2009, p. 59) de que a memória é “feita de esquecimentos, de silêncios. De sentidos não ditos, de sentidos a não dizer, de silêncios e de silenciamentos”. Logo, escolher ouvir apenas a polícia e não os relatos dos moradores que vivenciam a violência cotidianamente; não ilustrar as estatísticas que comprovam a existência de uma problemática muito maior do que um crime específico, mas que sequer é lido como tal, é um não-dizer atrelado a uma memória com escolhas políticas e ideológicas muito bem fundamentadas.

Considerações finais

Esta análise possibilitou a compreensão de que o jornalismo faz escolhas lexicais, que são consequentemente discursivas e que possibilitam a invisibilização do racismo e da violência policial como notícia. As manchetes poderiam ter noticiado que Kathlen foi assassinada, enfatizando a ilegalidade da operação policial, por exemplo, porém, a tomada de posição jornalística construiu diferentemente esse acontecimento. A ação foi descrita como consequência de um tiro de fuzil, em que se coloca como um dos focos o local onde a vítima estava. Produz-se comoção ao se construir a vítima, uma mulher negra, como futura mãe, que havia se afastado da favela. Nenhuma das notícias sobre o assassinato de Kathlen Romeu enuncia, de fato, os termos “raça”, “racismo” ou “crime”, ainda assim, é possível afirmar, conforme Modesto (2021), que o posicionamento do discurso jornalístico, nas notícias sobre esse crime, é racializado. Essa leitura permite levantar alguns elementos de reflexão sobre o fazer jornalístico em sua dimensão institucional, tais como:

O jornalismo é responsável, em grande parcela, pelo modo como a sociedade enxerga e compreende o mundo. Apesar de não ser o detentor da verdade absoluta, pois ela não existe, é um guia para iniciar diálogos e realizar denúncias. Por isso, não pode ser omissivo em relação aos acontecimentos que constrói. Em um país onde mais de 54% da população é negra, torna-se impossível desracializar qualquer questão, principalmente aquelas que envolvem crimes raciais.

Sabe-se que o jornalismo possui um código de ética de conduta: os profissionais dessa área têm o dever de prezar pelo bem social e pela apuração dos fatos, de fornecer todas as informações necessárias para que a impunidade não seja recorrente. No entanto, não há denúncia que permita aproximar explicitamente o crime policial e o racismo, mesmo ele sendo o centro da violência. Kilomba (2019) declara que essa incapacidade de “ver” a raça é um índice de negação massivo que mostra o processo de invisibilização do visível. Ao não explicitar que o racismo é um fator significativo, as notícias podem legitimar a brutalidade da polícia e relegar a segundo plano tanto a urgência na criação de políticas públicas quanto as lutas do movimento negro contra a violência racial existente no Brasil.

Autores como Schwaab (2007) compreendem o jornalismo enquanto um sistema que tem os seus dispositivos específicos, de forma que a sua produção é reconhecida como autoral, ou seja, o jornalismo, assim como todas as outras áreas, em função de “transmitir a sua mensagem”, adota métodos e técnicas de atuação. Contudo, é necessário reconhecer que essas práticas discursivas funcionam, sustentadas por e para pessoas brancas.

Essa lógica é discutida por Kilomba (2019), que afirma serem os espaços institucionais lugares onde pessoas negras têm a fala negada, devido ao poder e à autoridade racial impostos pela branquitude. Nas palavras da autora,

Historicamente, esse é um espaço onde temos estado sem voz e onde acadêmicas/os brancas/os têm desenvolvido discursos teóricos que formalmente nos construíram como a/o “Outras/os”, inferior, colocando africanas/os em subordinação absoluta ao sujeito branco. Nesse espaço temos sido descritas/os, classificadas/os desumanizadas/os, primitivizadas/os, brutalizadas/os, mortas/os. Esse não é um espaço neutro (KILOMBA, 2019, p. 50-51).

Kilomba (2019) argumenta que, apesar de as pessoas negras serem colocadas na posição de outridade, não significa que não haja resistência e produção de conhecimento, o que existe é a falta de representação. “Não é que nós não tenhamos falado, o fato é que as nossas vozes, graças a um sistema racista, têm sido sistematicamente desqualificadas, consideradas conhecimento inválido” (KILOMBA, 2019, p. 51). A estudiosa também acrescenta que, quando as vozes de pessoas negras são representadas, é sempre por uma perspectiva branca, o que também invalida a possibilidade de que o conhecimento de pessoas negras seja levado em consideração na academia e, conseqüentemente, fora dela.

Ao pensar no modo como essa dinâmica de relações interfere no discurso jornalístico, Schwaab (2007, p. 12) defende que as notícias são construções sociais, trazendo consigo a compreensão de que elas “são narrativas marcadas pela cultura jornalística e pela cultura em geral”. Sendo o racismo constitutivo de nossa cultura, Almeida (2019) afirma que uma das formas de as instituições o combaterem seria através da adoção de políticas internas que podem intervir na cultura institucional, como contratação de pessoas negras nos diferentes espaços de trabalho, em conjunto a medidas efetivas que promovam a igualdade racial. No caso do jornalismo, nota-se ser cada vez mais importante que haja pluralidade de profissionais nos espaços de trabalho, pois, do contrário, o conceito de objetividade jornalística frequentemente acaba sendo restrito a padrões consolidados pela branquitude heteronormativa, pautados na ideia do jornalismo tradicional, que acaba por ser excludente, devido ao fato de conceber a questão da diversidade como exceção e não norma.

No enfrentamento ao racismo e a outras formas de violência, o jornalismo pode adotar uma postura menos declarativa na sua prática de noticiar, cabendo aos jornalistas problematizar seus moldes técnicos e contemplar os recortes de gênero, raça e classe, como já sugerem jornalistas que têm se dedicado a debater a questão, como Moraes (2022). A violência contra minorias é uma pauta urgente e um problema de todos (MORAES; VEIGA DA SILVA, 2019), contudo essa abordagem não costuma se inserir no que se considera valor-notícia. Com esta análise, é possível apontar que, apesar de não ser uma prática usual em seu cotidiano, o jornalismo tem a capacidade e a função de reconhecer as violências sociais, inserindo-se em práticas discursivas que visem a denunciá-las, em vez de silenciá-las.

Referências

ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2019.

BRASIL, **Instituto Fogo Cruzado**, Relatório anual, Rio de Janeiro, 2021.
Disponível em: <https://fogocruzado.org.br>. Acesso em: 04 ago. 2022.

BRASIL, **Instituto Verificador de Comunicação**, São Paulo, 2021.

Disponível em: <https://ivcbrasil.org.br>. Acesso em: 04 ago. 2022.

CORREIA, João Carlos. **Teoria e crítica do discurso noticioso**: notas sobre o jornalismo e representações sociais. Portugal: LabCom, 2009.

FERNANDES, Cleudemar. **Análise do Discurso**: reflexões introdutórias. São Carlos: Claraluz, 2007.

FERREIRA, Nelson Toledo. Minorias, intervenção social e lógica da produção de notícias. In: **XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, 2012, Fortaleza. Anais do Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2012. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2012/resumos/R7-0336-1.pdf>. Acesso em 04 ago. 2022.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

GALTUNG, Johan; RUGE, Mari Holmboe. The structure of foreign news: the presentation of the Congo, Cuba and Cyprus crises in four Norwegian newspapers. **Journal of International Peace Research**, n.1, 1965.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Formação discursiva, redes de memória e trajetos sociais de sentido: mídia e produção de identidades. In. **II Seminário de Análise do Discurso (SEAD)**, 2005, Porto Alegre, UFRGS.

Disponível em:

https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/1867818/mod_resource/content/1/Gregolin_Formacao_discursiva_dfredes_de_memoria. Acesso em: 3 fev. 2022.

HALL, Stuart. Raça, o significante flutuante. **Revista Z Cultural**, 2015.

Disponível em:

http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/raca-o-significante-flutuante%EF%80%AA/#_edn4 . Acesso em: 3 fev. 2022.

KILOMBA, Grada. **Memória da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

MARIANI, Bethania. Discurso e instituição: a imprensa. **RUA**, Campinas, SP, v. 5, n. 1, 1999, p. 47-61.

Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8640651>.

Acesso em: 1 abr. 2022.

MODESTO, Rogerio. Os discursos racializados. **Revista da Abralin**, v. 20, n. 2, 2021, p. 1-19.

Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1851/2289>. Acesso em: 1 abr. 2022.

MORAES, Fabiana. **A pauta é uma arma de combate**: subjetividade, prática reflexiva e posicionamento para superar um jornalismo que desumaniza. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2022.

MORAES, Fabiana; VEIGA DA SILVA, Marcia. A objetividade jornalística tem raça e tem gênero: a subjetividade como estratégia descolonizadora. In: ANAIS DO 28º ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 2019, Porto Alegre. Anais eletrônicos... Campinas, Galoá, 2019. Disponível em: <https://proceedings.science/compos/compos-2019/trabalhos/a-objetividade-jornalistica-tem-raca-e-tem-genero-a-subjetividade-como-estrategi?lang=pt-br>. Acesso em: 3 fev. 2022.

ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2009.

PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni. et al. (org.). **Gestos de leitura**: da história no discurso. Campinas: Editora da Unicamp, 1994, p. 57-66.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa; FERREIRA, Maria Cristina Leandro; DELA-SILVA, Silmara. Arquivo. In: MARIANI, Bethania; MEDEIROS, Vanise; DELA-SILVA, Silmara (orgs.). **Discurso, arquivo e...** Rio de Janeiro: 7 Letras, 2011, p. 11-21.

SARTI, Cynthia. A construção de figuras da violência: a vítima, a testemunha. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 20, n. 42, p. 77-105, jul./dez. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ha/v20n42/04.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2022.

SCHNEIDERS, Caroline Mallmann. Do retorno ao arquivo à constituição do corpus e dos gestos de interpretação. **Conexão Letras**, v. 9, n. 11, 2014, p. 1-11. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/2594-8962.55144>. Acesso em: 3 fev. 2022.

SCHWAAB, Reges Toni. Para ler de perto o jornalismo: uma abordagem por meio de dispositivos da análise do discurso. **Em Questão**, v. 13, n. 1, 2007, p. 11-23. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4656/465645956002.pdf>. Acesso em: 3 fev. 2022.

SOUZA, Pamela Nascimento de. **Criminalização do funk e racismo estrutural**: a narratividade discursiva nos portais R7 e G1 sobre a tragédia de Paraisópolis. 2022. 63f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Jornalismo). Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/23791>. Acesso em: 4 ago. 2023.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**: porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2005.

Submetido em 15 de novembro de 2023

Aceito em 19 de dezembro de 2023